

NOMINALIZAR VERBOS É SÓ UMA FASE: CONTRA O ESTATUTO FÁSICO DE vP ¹

NOMINALIZING VERBS IS JUST A PHASE: AGAINST vP PHASEHOOD

Maurício Resende (UFMG)

mauricio.s.resende@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7487-5043>

RESUMO: este artigo aborda o fenômeno das nominalizações no português – em particular, os nomes deverbais que denotam eventos e participantes de evento – à luz da teoria da Morfologia Distribuída (Halle & Marantz, 1993, 1994). Mais especificamente, este trabalho discute como certos fenômenos fonológicos (truncamento, harmonia vocálica, abaixamento vocálico, atribuição de acento primário), morfofonológicos (alomorfia, seleção de afixos) e semânticos (significado não composicional, expressões idiomáticas) colocam um problema para a teoria de fases na palavra (Embick, 2010) no que tange ao estatuto fásico do primeiro categorizador (neste caso, v^o). Em síntese, este artigo defende que, para acomodar todos esses fenômenos empíricos, a teoria de fases na palavra precisa ser menos restritiva de modo a permitir que vP e nP sejam computados no mesmo ciclo.

PALAVRAS-CHAVE: nominalizações; Morfologia Distribuída; fases na palavra.

ABSTRACT: this paper addresses the Portuguese nominalization phenomenon – particularly, deverbal nouns denoting events and event participants – in Distributed Morphology framework (Halle & Marantz, 1993, 1994). Specifically, this work discusses certain phonological (truncation, vowel harmony, lowering, primary stress), morphophonological (allomorphy, affix selection), and semantic (non-compositional meaning, idioms) phenomena that pose a problem to Phase Theory in wordhood (Embick, 2010) as regards the phasehood of the first categorizer head (in that case, v^o). In summary, this article argues that in order to account for these empirical facts, Phase Theory in wordhood ought to be less constraintful as to allow for nP and vP to be computed at the same spell-out cycle.

KEYWORDS: nominalization; Distributed Morphology; Phase Theory in wordhood.

¹ Gostaria de registrar meu agradecimento ao David Embick, pela interlocução sobre nominalizações na Teoria de Fases, e à Beatriz Pires Santana, por todos os diálogos sobre morfofonologia. Agradeço também aos dois pareceristas anônimos por todos os comentários e sugestões que contribuíram para o aprimoramento da discussão e ajudaram a levar este artigo à sua versão final. Todos os erros são meus.

1 Introdução

A ideia de que os processos de formação vocabular são cíclicos é bastante antiga dentro dos estudos em morfologia na LINGUÍSTICA GERATIVA (LG), e o reconhecimento de que a formação de palavras complexas (isto é, aquelas que envolvem a adição de afixos) envolve diferentes “etapas” remete a Halle (1973), pioneiro na caracterização da morfologia como um nível de análise independente da sintaxe e da fonologia. Sem adentrar os detalhes do modelo, é possível observar que, já na proposta de Halle, se reconhecia um estágio de formação de palavras regulares, codificado pelas REGRAS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS (RFPs) – precursoras das RFPs de Aronoff (1976) – que antecedia um estágio (naquele caso, um *filtro*) que atribuía às palavras geradas pelas RFPs todas as suas propriedades idiossincráticas.

Essa intuição de que diferentes tipos de propriedade (por exemplo, regulares versus idiossincráticas) são codificados em diferentes etapas da derivação aparece em muitos trabalhos subsequentes sobre processos de formação de palavras. Para um exemplo notável, tal intuição é maximamente desenvolvida no modelo da FONOLOGIA E MORFOLOGIA LEXICAL (FML), de Kiparsky (1982) e Mohanan (1982). Tal modelo endossava uma inter-relação estrita entre morfologia e fonologia e propunha uma organização de léxico que concebia diferentes estratos lexicais (bem como um pós-lexical), nos quais conjuntos de regras fonológicas e morfológicas interagiam de maneiras bastante bem definidas. Desconsiderando detalhes de implementação, na FML, a formação de palavras complexas no léxico era cíclica, e cada ciclo/nível era responsável pela codificação de um certo conjunto de propriedades, tais como acento, alomorfia e outras regras (morfo)fonológicas.

Paralelamente ao reconhecimento de ciclos nos processos de formação de palavras complexas dentro do léxico, a ideia de que diferentes porções estruturais podem apresentar comportamentos linguísticos diferentes (como as *ilhas sintáticas*) e, posteriormente, a de que as estruturas sintáticas não são construídas “de uma única vez” também começou a ser desenvolvida na LG em teorias de “formação de sentenças”² – mais notavelmente, a partir da proposta de *derivação por fases* (Chomsky, 2000, 2001) dentro do PROGRAMA MINIMALISTA (PM), de Chomsky (1995).

Em linhas gerais, a noção de “etapas derivacionais” na sintaxe era a de que a estrutura é construída em estágios (isto é, derivada por fases), que são delimitados por certas projeções funcionais. Mais especificamente, a proposta de que a derivação é constituída por fases se

² Cf. Ingason (no prelo) para um panorama das ideias que deram vazão à noção de fases na teoria sintática.

implementa na proposta de *spell-outs* cíclicos, segundo a qual a concatenação de certas projeções – para Chomsky (2000), CP e v^*P – acarreta o envio da estrutura gerada (até aquele ponto) para o componente fonológico – a FORMA FONOLÓGICA (PF) – e para o componente semântico – a FORMA LÓGICA (LF); desse modo, as porções estruturais já enviadas para as interfaces não estariam mais disponíveis para operações sintáticas posteriores, isto é, ficam indisponíveis para uma fase já computada.

Com o advento da teoria da MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA (MD), de Halle & Marantz (1993, 1994), em que morfologia é sintaxe e onde as operações para formar sentenças são as mesmas que formam palavras, emergiu também a questão de se a formação (sintática) de palavras exibia porções estruturais que podiam ser identificadas como fases, tanto no sentido da MFL quanto no do PM. Desenvolvendo essa questão, Marantz (2001) foi pioneiro ao propor que a formação de palavras é guiada por fases – no sentido de Chomsky (2000) – e que as diferentes fases são responsáveis por codificar diferentes propriedades, com consequências imediatamente observáveis na semântica e na fonologia. Como discutido a seguir, na MD, esses domínios fásicos seriam os morfemas categorizadores n^o , v^o , a^o etc., codificadores das grandes categorias lexicais *nome*, *verbo*, *adjetivo* – cf., por exemplo, Armelin (2014) e Bassani (2022) para discussão de fenômenos do português nessa visão.

No domínio empírico, um dos fenômenos mais interessantes no âmbito das palavras morfologicamente complexas é o das nominalizações; especificamente, quando estruturas verbais se transformam em nomes. A caracterização das (e a discussão sobre as) nominalizações compõe(m) a agenda de diversos textos clássicos da LG³, sobretudo quando da avaliação e/ou reformulação dos modelos teóricos. No que tange à teorização de fases e, mais detidamente, à discussão da concepção de fases no domínio da palavra dentro da MD, os fenômenos de nominalização surgem não apenas como um domínio empírico de discussão bastante frutífero, mas também como um ponto crucial da discussão, já que a nominalização envolve, pelo menos, duas operações de categorização (uma verbal e uma nominal), o que, de acordo com a ideia de fases na palavra, preveria diferentes comportamentos para cada um dos ambientes estruturais de afixação sintática de categorização, que estariam pareados com dois conjuntos de propriedades linguísticas distintas.

Contudo, na contramão da versão mais difundida⁴ da teoria de fases na palavra (Marantz, 2001; Arad, 2003; Embick, 2010), como discutido neste artigo, a identificação do primeiro categorizador nas nominalizações como sendo uma fronteira demarcadora de fase faz previsões

³ Cf. por exemplo, Chomsky (1970) e Marantz (1997).

⁴ Cf. Harðarson (2020) para uma discussão detalhada de diferentes versões da teoria de fases na palavra.

erradas. Mais especificamente, à luz de alguns fenômenos que subjazem à formação de algumas nominalizações, este trabalho mostra que a camada verbal (vP) interna às estruturas deverbais, apesar de ser uma porção já categorizada de estrutura, não pode ser considerada uma fase no sentido estrito. Assim sendo, o presente estudo se alinha a (e corrobora) propostas que advogam em favor de domínios menos restritivos de fase na palavra, tais como Harley (2014) e Panagiotidis (2014).

Para tanto, este artigo está dividido da seguinte forma: em § 2, nós vamos apresentar a ideia geral que subjaz às teorizações sobre fases na palavra e duas de suas principais propostas, a saber, Marantz (2001) e Embick (2010). Em § 3, nós vamos apresentar alguns fenômenos de nominalização do português brasileiro (PB) e discutir, particularmente, as nominalizações de evento e de participante com vistas a argumentar que (pelo menos) essas formações contêm estruturas com duas categorizações. Na sequência, em § 4, nós vamos mostrar como a teoria de fases apresentada em § 2 é demasiadamente restritiva para acomodar os fenômenos (morfo)fonológicos (em § 4.1) e morfológicos e semânticos (em § 4.2.) e, portanto, vP não pode ser considerado uma fase. Finalmente, em § 5, nós apresentamos algumas conclusões e algumas implicações da análise.

2 As fases da/na palavra

A principal motivação empírica para a identificação de domínios cíclicos nos modelos de morfologia no léxico (tais como o de Halle e o de Kiparsky) tinha a ver com a posição dos afixos uns em relação aos outros e com a relevância do morfema para a computação do acento primário. Um exemplo do português é o sufixo *-mente*, como em *rapidamente*, que se afixa a palavras já categorizadas (o que é sinalizado pelo morfema flexional *a*, que antecede o afixo – cf. **rapidomente*) e que já receberam acento primário; isto é, advérbios em *-mente* contêm uma palavra morfológica, mas duas palavras prosódicas.

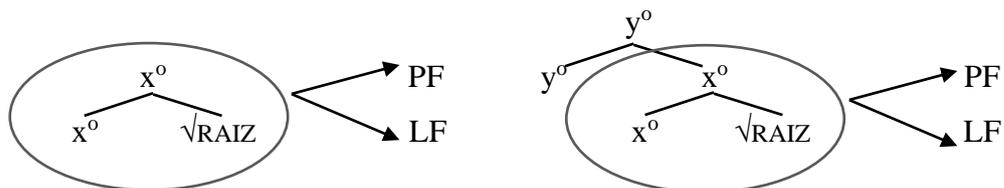
Dentro do PM, o reconhecimento de fases foi, sobretudo, motivado pela visão de que a FACULDADE DA LINGUAGEM (FL) interage com os sistemas cognitivos de interface (*Sensório-motor* e *Conceitual-Intensional*) em pontos específicos da derivação sintática; outra motivação do PM, de natureza empírica, foi a observação de que algumas operações sintáticas só podem ser aplicadas dentro de certos domínios específicos, sintaticamente definidos, como movimento e núcleos desencadeadores de concordância, por exemplo.

No âmbito da (sintaxe na) palavra, para Marantz (2001), toda a derivação se dá em termos de uma localidade definida a partir de estruturas sintáticas e do encapsulamento de informação

dentro de domínios definidos sintaticamente. Mais especificamente, o autor nota que toda afiação (na MD, concatenação sintática) parece similar tanto do ponto de vista da morfofonologia quanto da perspectiva da composicionalidade morfossintática e semântica e que há evidências para duas classes de morfemas que correspondem, *grosso modo*, a uma camada interna e uma externa, que estão relacionadas a fenômenos como produtividade e com o tipo de interação que os afixos podem ter com a raiz.

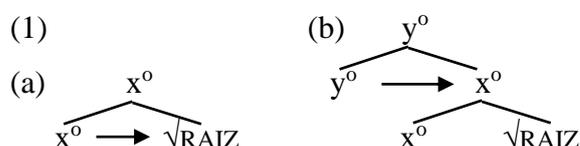
Adicionalmente, na proposta de Marantz, o próprio reconhecimento de uma separação entre dois tipos de morfologia (que, na tradição, dizia respeito a flexão versus derivação) e entre dois “lugares” para morfologia (léxico versus sintaxe) pode ser reconstruído em uma modelagem de fases. Especificamente, para esse autor, um desses “lugares” é o de construção de palavras no domínio de uma raiz, e o outro, de construção de palavras acima do domínio do núcleo funcional que determina a categoria sintática do elemento derivado, como aparece ilustrado no esquema em (1), em que x^0 e y^0 são núcleos categorizadores. Derivacionalmente, x^0 determina a *borda* de uma fase.

Esquema 1: ciclos na derivação das palavras



Fonte: Marantz (2001, p. 7)

Nessa primeira proposta, a combinação da raiz com x^0 acarretaria o envio da estrutura para PF e LF. Isso quer dizer que núcleos que se anexam acima de x^0 tomariam como complemento uma estrutura em que o significado e a forma fonológica da raiz já foram negociados. A proposta de Marantz (2001), então, é a de que a primeira categorização define o *domínio interno* da estrutura da palavra, e a porção estrutural acima dele configura o *domínio externo*. Como define o autor, quando um núcleo se anexa acima de x^0 , ele interage localmente com os traços de x^0 , mas não com traços, propriedades ou com a raiz que se concatena com x^0 , o que pode ser ilustrado em (1), em que a “→” sinaliza a relação de localidade.



Com essa proposta, Marantz defende que os “dois lugares” de formação de palavras na MD se seguem diretamente da estrutura sintática e acomodam corretamente as relações entre os domínios interno versus externo, a saber, semiprodutividade versus produtividade, semântica da raiz versus sintaxe da estrutura argumental, significado especial versus significado previsível. Além disso, o propósito da identificação das fases na palavra é o de prever os domínios para a variação na forma (alomorfia) e para a variação no significado (polissemia/alossemia) das palavras e/ou dos morfemas que as compõem.

Assim, em (1b), as raízes selecionam os possíveis alomorfes de x^o , mas x^o (e não a raiz) determina a alomorfia de y^o ; por exemplo, a raiz $\sqrt{\text{VID}}$ que aparece no nome *vida* (no caso, $[_{NP} n^o \sqrt{\text{VID}}]$), tem um alomorfe ($\sqrt{\text{VID}} \rightarrow \sqrt{\text{VIT}}$) que se manifesta na formação do adjetivo *vital* (isto é, $[_{AP} a^o \sqrt{\text{VIT}}]$); contudo, uma vez que *vital* foi formado, a anexação de um nome deadjetival como *vitalidade*, por exemplo, deve ser derivada a partir da forma do adjetivo (ou seja, a forma já categorizada) e não da raiz – cf. **vidalidade*. Assim, as raízes não determinam a realização de categorizadores mais altos, apenas do núcleo categorizador com que elas se concatenam localmente.

Para um outro exemplo do português, o nome *recibo*⁵ exhibe alomorfia de raiz ($\sqrt{\text{CEB}} \rightarrow \sqrt{\text{CIB}}$), em relação à forma que aparece, por exemplo, no verbo *receber* e em sua nominalização eventiva correspondente *recebimento* – ambas $\sqrt{\text{CEB}}$. Nessa proposta, então, a alomorfia de *recibo* seria capturada pela anexação direta da raiz ao categorizador nominal, como em (1a); porém, se a anexação do nominalizador *-ment(o)* se der depois da verbalização, como em (1b), a alomorfia da raiz não é mais uma operação disponível devido à fase intermediária vP, e a forma da raiz deve ser a mesma que a forma já negociada no domínio interno; nesse caso, a mesma do verbo.

Essa proposta de fases na palavra aparece implementada e desenvolvida em detalhe em Marantz (2001, 2007, 2013), Arad (2003), Embick & Marantz (2008), Alexiadou & Grimshaw (2008), Alexiadou & Schäfer (2010), Embick (2010), Marvin (2013) e Harðarson (2020), entre outros. Conforme Marantz (2007), uma propriedade fundamental desse tipo de sistema é a de que a diferença entre formação de palavras no domínio interno e no externo jaz não na natureza (morfofonológica) do categorizador, mas no seu nível de anexação. Assim, essencialmente, o

⁵ Como observado por um dos pareceristas anônimos, não é imediatamente claro se todos os falantes considerariam sincronicamente que a raiz de *recibo* fosse e $\sqrt{\text{CIB}}$ – e não $\sqrt{\text{RECIB}}$, por exemplo. Como se trata de um exemplo introdutório, nós vamos manter a análise inicial, cientes de que a decomposição sincrônica de certas palavras é um problema metodológico relevante.

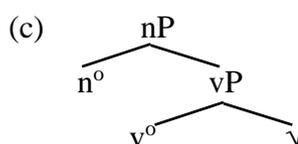
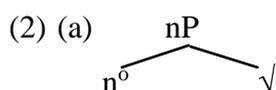
mesmo x^o pode participar tanto do ciclo interno quanto do externo a depender de se anexar à raiz ou a um outro núcleo categorizador.

Posteriormente, Embick (2010), na linha de Marantz (2001), propõe uma nova versão da teoria de fases, com previsões diferentes, com o intuito de explicitar certos mecanismos que determinam, em termos de fases, o domínio para alomorfia. Parte de sua proposta aparece resumida a seguir:

ALOMORFIA: para um x^o anexado à raiz, pode haver alomorfia especial determinada pela raiz. Um núcleo x^o no domínio externo não está em uma relação local com a raiz e, portanto, não pode ter sua alomorfia condicionada por ela.

INTERPRETAÇÃO: a combinação entre um x^o anexado à raiz e uma raiz pode gerar uma interpretação especial. Os núcleos x^o anexados ao domínio externo carregam significado previsível (Embick, 2010, p. 44, tradução nossa).

Como já sinalizado, a noção de *anexado à raiz* se refere ao primeiro núcleo categorizador que aparece na estrutura. Segundo a análise de Embick, um exemplo de determinação da forma no domínio interno pode ser depreendido das nominalizações (do inglês). Ao passo que os nomes em (2b) envolvem um n^o anexado à raiz, as nominalizações gerundivas em (2d) possuem uma camada verbal (isto é, vP) anterior à concatenação de n^o , como mostram as estruturas em (2a) e (2c) – por motivos de escopo e espaço, nós não vamos abordar nesta exposição a discussão e o estatuto de núcleos/morfemas não cíclicos (isto é, não fásicos) que podem figurar na estrutura, tais como Voz, Asp, T etc.



(b) refus(e)-al

(d) refus(e)-ing

marri-age

marry-ing

destruct-ion

destroy-ing

break-∅

break-ing

Para Embick (2010), os exemplos em (2b), representados pela estrutura em (2a), são instâncias de nominalizadores concatenados à raiz, já que a realização de n^o depende de qual é a raiz: se for $\sqrt{\text{DESTROY}}$, n^o será *-ion*, mas se a raiz for $\sqrt{\text{BREAK}}$, n^o será \emptyset etc. Por outro lado, no sistema de Embick, quando n^o estiver no domínio externo e houver um categorizador interveniente (por exemplo, v^o), as propriedades de n^o não podem mais ser determinadas pela raiz, porque n^o e a raiz não estão mais em uma relação local, como

ilustrado em (1); nesse caso, a única opção do sistema seria inserir o nominalizador default: em inglês, *-ing* (‘-ndo’) – cf. também Harley & Noyer (1997).

No que diz respeito à interpretação, de acordo com a análise de Embick para as nominalizações, ao passo que o significado das nominalizações derivadas – no sentido de Chomsky (1970) – em (2b) é relativamente imprevisível em relação àquilo que o verbo denota, as nominalizações gerundivas em *-ing* em (2d) são bastante produtivas e previsíveis em relação ao conteúdo expresso pela base verbal. O mesmo raciocínio se aplica ao exemplo do português dado anteriormente: *recebimento* tem uma interpretação transparente e composicional em relação ao verbo *receber* (isto é, “evento de receber”), diferentemente de *recibo*, que designa um “documento escrito em que se declara ter recebido de alguém o que estiver nele especificado”, um significado não composicional – cf. nota 5.

Em síntese, seguindo a linha instanciada por Marantz (2001), Embick (2010) chega a três GENERALIZAÇÕES (G) acerca das previsões da teoria de fases na palavra, as quais são dadas a seguir.

G₁: um núcleo cíclico x^0 pode enxergar a raiz.

G₂: um núcleo X não cíclico pode enxergar a raiz se o x^0 interveniente for \emptyset .

G₃: quando houver dois núcleos cíclicos x^0 e y^0 em uma estrutura do tipo $[[\sqrt{\text{RAIZ } x^0} y^0]]$, y^0 não pode enxergar a raiz mesmo se x^0 for \emptyset (Embick, 2010, p. 48, tradução nossa).

Para Embick, os núcleos definidores de categoria n^0 , v^0 , a^0 etc. são núcleos cíclicos; esses núcleos definem as *fases* que desencadeiam o *spell-out* (ou seja, o envio da estrutura para as interfaces). Disso se segue que, quando um núcleo categorizador x^0 é concatenado, os domínios cíclicos no complemento de x^0 são enviados para *spell-out*. Nesses termos, não é o caso de que quando um categorizador x^0 for concatenado à estrutura, a fase recém-formada será enviada para as interfaces – como em Marantz (2001) –, mas sim, o de que apenas a estrutura que aparece como complemento do x^0 recém-concatenado irá para *spell-out*. Assim, em (2b), quando n^0 se concatena à estrutura, a estrutura $[_{VP} v^0 \sqrt{\quad}]$ é enviada para *spell-out* de forma que a raiz (que é complemento de v^0) não esteja mais acessível para operações ou para o condicionamento de alguma propriedade de n^0 .

Em síntese, o que se defende nessa proposta é que as propriedades idiossincráticas da raiz/da palavra são negociadas no domínio interno e que qualquer que seja a estrutura projetada acima do primeiro ciclo, ela deve contemplar as características de forma e significado já negociadas, dado que a relação entre o categorizador do domínio externo e a

raiz não é mais uma relação local; isto é, estão em fases diferentes. Um outro exemplo da aplicação desse sistema no domínio do significado é o de *penetra*. Nele, a raiz $\sqrt{\text{PENETR}}$ tem um significado idiossincrático (“pessoa que entra sem autorização ou convite em festas e eventos”) que é ativado quando da sua concatenação com n^o ; porém, essa interpretação idiossincrática não está disponível nem para o verbo *penetrar* (cf. #o *João penetrou a festa*) e nem para uma nominalização formada a partir do verbo, como *penetrador* ou mesmo *penetração*.

Ainda sob essa perspectiva, alguns autores, como Arad (2003), discutem se a estrutura dos verbos denominais, como *enjaular*, *engarrafar*, *martelar* etc. é mais bem caracterizada, na MD, como uma verbalização de raiz ($[_{VP} v^o \sqrt{\quad}]$) ou como verbalização de uma estrutura nominal ($[_{VP} v^o [_{NP} n^o \sqrt{\quad}]]$). O raciocínio é o de que se o verbo contiver em sua “composição semântica” a entidade expressa pelo nome, não vai ser possível relacionar o verbo a elementos não cognatos, como em **engarrafar na jarra*; entretanto, se a verbalização for de raiz, e o verbo não contiver um “nome” (isto é, uma fase nominal intermediária) em sua estrutura, a ocorrência de um elemento não cognato vai gerar uma sentença bem formada, o que pode ser visto em *martelar com a sola do sapato*, por exemplo.

Dadas essas considerações, a próxima seção tem o objetivo de caracterizar alguns processos de nominalização do português e, na seção seguinte, mostrar como os fenômenos discutidos depõem contra o estatuto fásico do vP interveniente nas nominalizações.

3 Nominalizações

Como já mencionado, as nominalizações constituem um fenômeno bastante interessante sob várias perspectivas, e já há muita literatura discutindo seus diferentes tipos e suas diferentes propriedades, sob diferentes modelagens teóricas – cf., por exemplo, Marantz (1997, 2013), Alexiadou & Grimshaw (2008), Harley (2009), Alexiadou (2009, 2010a, 2010b), Moulton (2014), Iordăchioaia (2021), entre outros. No que concerne ao PB, as nominalizações já foram estudadas dentro da MD por Scher (2006), Oliveira (2006), Oliveira (2007), Medeiros (2010), Freitas (2014), Resende (2018, 2019), Souza & Armelin (2022), para citar apenas alguns. Logo, por motivos de espaço e escopo, este artigo não vai discutir essas propostas; o objetivo desta seção é, então, apresentar algumas propriedades gerais da estrutura de algumas nominalizações.

Via de regra, as nominalizações se dividem em cinco grandes grupos, a saber, nominalizações de evento, que descrevem uma eventualidade⁶, (3a); nominalizações de resultado, que indicam o resultado de um evento, (3b); nominalizações de participante, que fazem referência ao participante (agente, paciente, experienciador etc.) de uma eventualidade, (3c); nominalizações de instrumento, que designam o instrumento com que se age sobre uma eventualidade, (3d); nominalizações locativas, que indicam o local de ocorrência de um evento, (3e) – com o último dado de cada grupo contendo um nominalizador zero; ou seja, um n° sem matriz fonológica.

- (3) (a) destruição, casamento, lavagem, batida, interrogatório, beijo
(b) (uma linda) construção, (aqui está a sua) análise
(c) contador, pintor, fofoqueiro, manobrista, aprendiz, ajudante, formando, assassino
(d) cortador (de grama / de unha), desodorante, apito
(e) escorregador, dormitório, fumódromo, arquivo

Como adiantado, por motivos de espaço e escopo, o presente trabalho não vai derivar nem discutir as estruturas subjacentes aos diferentes tipos de nominalização – para tanto, cf. a literatura indicada anteriormente e as referências citadas nesses trabalhos. Para os nossos propósitos, basta mostrar que, pelo menos, um subconjunto dessas nominalizações tem propriedades essencialmente (e estruturalmente) verbais, às quais se associam a presença de um ciclo vP.

Por simplicidade da exposição, nós vamos discutir dados apenas de nominalizações de evento e de participante, para as quais a literatura é mais consensual no que tange ao reconhecimento de uma “camada verbal”⁷; as nominalizações de resultado, de instrumento e locativas são mais controversas (e menos bem compreendidas no caso do PB) e, portanto, não comporão a construção dos argumentos desenvolvidos a seguir.

Do ponto de vista semântico, a maior propriedade associada a vP é a leitura “verbal” de eventualidade. Mais especificamente, nominalizações eventivas, assim como seus verbos correlatos, denotam eventos e, como tais, podem ser localizados no tempo, (4b); no espaço, (5b); e podem ser referidas quanto a suas propriedades internas, tais como

⁶ O termo “eventualidade” aparece normalmente para recobrir *eventos e estados*.

⁷ Algumas propriedades “verbais” das nominalizações também são associadas a projeções como VozP e AspP, mas como essas formações constituem núcleos não fásicos, por simplicidade, nós não vamos discutir a sua presença/ausência nas nominalizações. Nada na nossa argumentação depende dessas projeções.

duratividade, homogeneidade etc., (6b). Tais exemplos podem ser contrastados com verbos nas sentenças em (a) e com nominalizações de raiz (isto é, não (de)verbais) em (c).

- (4) (a) O soldado destruiu a cidade / derrotou o inimigo às 12h.
(b) A destruição da cidade / a derrota do inimigo às 12h
(c) O prédio da cidade / a espada do inimigo *às 12h
- (5) (a) O soldado destruiu a cidade / derrotou o inimigo na Praça da Liberdade.
(b) A destruição da cidade / a derrota do inimigo na Praça da Liberdade
(c) O prédio da cidade / a espada do inimigo #na Praça da Liberdade⁸
- (6) (a) A secretária contou os votos em etapas / Pedro analisou os dados por horas.
(b) A contagem dos votos em etapas / A análise dos dados por horas
(a) A urna dos votos *em etapas / O *corpus* dos dados *por horas

Outro argumento semântico tem a ver com o escopo da modificação: nominalizações de participante, por serem constituídas de uma camada verbal e uma nominal, podem receber modificadores tanto que se referem ao indivíduo quanto que se referem ao evento do qual o indivíduo participa, ainda que na superfície ambos os modificadores assumam a forma de um adjetivo. Por exemplo, um *bom hipnotizador* pode fazer referência tanto a um indivíduo que sabe hipnotizar (isto é, que hipnotiza bem) quanto a um indivíduo que hipnotiza e é bom (ou seja, não se trata de um indivíduo que se aproveita da hipnose das pessoas para tirar vantagem, por exemplo). Essa ambiguidade de escopo é sintaticamente capturada pela modificação de vP na primeira interpretação e de nP na segunda. Além de *bom hipnotizador*, um exemplo do mesmo tipo aparece em (7).

- (7) (a) governo desonesto
(a') governa de forma desonesta
 $\lambda x. \exists e [\text{GOVERNAR}(e) \wedge \text{AGENTE}(x)(e) \wedge \text{DESONESTO}(x)].$
(a'') governa e é desonesto
 $\lambda x. \exists e [\text{GOVERNAR}(e) \wedge \text{AGENTE}(x)(e) \wedge \text{DESONESTO}(e)].$
- (8) (a) pianista desonesto
(a') #toca piano de forma desonesta

⁸ É preciso frisar que este é um argumento *semântico*; logo, mesmo que os sintagmas em (5c) possam ser sintaticamente bem formados, eles não derivam a interpretação locativa associada a um evento como a que se esperaria em *o prédio da cidade ou *a espada ocorreu na Praça da Liberdade.

(a'') é pianista e é desonesto

$\lambda x [\text{PIANISTA}(x) \wedge \text{DESONESTO}(x)]$.

O contraste entre *hipnotizador* e *governo* com (8) mostra, por exemplo, que deve haver um contraste estrutural que dá suporte ao contraste semântico entre esses sintagmas, já que *pianista desonesto* só pode ter a interpretação de alguém que é pianista e é desonesto, mas não de alguém que toca piano de forma desonesta (cenário em que, por exemplo, durante um recital, um pianista finge que está tocando ou toca uma música que não está na partitura); portanto, uma interpretação para (8a'') não pode ser derivada estruturalmente.

Do ponto de vista sintático, a presença de vP nas nominalizações é sinalizada pela modificação por advérbios de VP (uma propriedade associada a verbos e à camada estrutural vP), como em (9), e pela preservação da grade argumental do verbo⁹, em (10), mesmo no caso de complementos introduzidos por preposição, como em (10b).¹⁰ Vale notar que *completamente* e *publicamente* se referem a *destruição* e *entrega* e não à oração subsequente (colocada entre parênteses).

(9) (a) A destruição da cidade completamente (deixou os moradores abalados).

(b) A entrega do prêmio publicamente (foi emocionante).

(10)(a) patrulhar as ruas / o patrulhamento das ruas

(b) sonhar com o Pedro / o sonho com o Pedro

Morfologicamente, um argumento para a presença de vP em nominalizações é a sua co-ocorrência com o prefixo *re-* (na leitura de repetição), como pode ser visto em (11a). Do ponto de vista sintático/semântico, o prefixo *re-* dispara a ideia de repetição do evento (denotado por vP) e, como tal, deve figurar com um adjunto verbal (do mesmo tipo de *outra vez/de novo* no domínio sintagmático/sentencial) – o contraste com nominalizações

⁹ Nós vamos nos limitar à discussão do argumento interno, pois a introdução do argumento externo tem sido associada à outra projeção funcional, qual seja: VozP.

¹⁰ Uma outra evidência sintática para a presença de vP nas nominalizações vem de certos casos de elipse em inglês, como pode ser visto no contraste entre (i) e (ii). De acordo com Johnson (2001), sentenças como (i) são bem formadas, porque dada a presença de vP na estrutura dessas nominalizações, essa porção estrutural exibe as condições necessárias de identidade para a elipse.

(i) Kim is a great driver and when he does everybody feels safe.

(‘Kim é um ótimo motorista, e quando ele dirige, todos se sentem seguros’)

(ii) *Kim is a great artist and when he does everybody loves it.

(‘Kim é um ótimo artista e quando ele ??, todos adoram’)

não deverbais aparece em (11b). Outro argumento morfológico que evidencia a presença de vP nas nominalizações é a presença da vogal temática verbal que constitui precisamente a “base verbal” à qual o sufixo nominalizador se anexa; observem-se os exemplos em (12) – cf. § 4.1 para discussão da presença da vogal temática verbal quando o nominalizador é zero.

(11)(a) reconstrução, remapeamento, reanálise, rearranjo

(b) *recoração, *redocumento, *recurso, *rechave

(12) armação / bateção / destruição, casamento / fingimento, cansaço / sumiço

Por fim, do ponto de vista fonológico (ou morfofonológico), um argumento para a presença de vP nas nominalizações é a realização não nula do verbalizador, observada nas nominalizações, como mostram os exemplos em (13)¹¹.

(13)(a) modern-iz-a(r) / modern-iz-a-ção

(b) favor-ec-e(r) / favor-ec-i-mento

(c) salt-Ø-a(r) / salt-it-a(r) / salt-it-a-ção

(d) fest-Ø-a(r) / fest-ej-a(r) / fest-ej-o

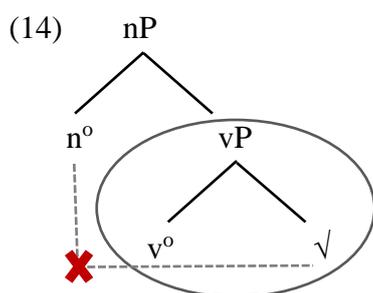
(e) pass-Ø-a(r) / pass-e-a(r) / pass-ei-o

Em síntese, tomando como recorte empírico um subconjunto das nominalizações relacionadas a eventualidades (aquelas que presumivelmente contêm um estágio verbal em sua constituição interna), a saber, as nominalizações de evento e de participante, esta seção mostrou com base em uma série de argumentos, provenientes de diferentes níveis de análise, que essas nominalizações são constituídas por duas “etapas derivacionais” e que, de acordo com § 2, constituiriam duas *fases*; no entanto, como argumentado em § 4, essa afirmação não pode ser mantida.

4 Nominalizar verbos é só uma fase

¹¹ Dois outros fenômenos que também aparecem nesses dados e não serão discutidos, por motivos de espaço e escopo, são a alomorfa da vogal temática verbal, de *e* para *i*, em nominalizações de verbos de 2ª conjugação (que também é observada nos participios, *bebido* e não **bebedo*, e em nominalizações de outros verbos que não verbos em *-ece(r)*, como *batimento* e não **batemento*) e a alomorfa fonologicamente condicionada de /e/ para /ej/ (que é acionada pelo ambiente fonológico e não pela categoria, como pode ser visto em *eu manuseio* versus *nós manuseamos*).

Em § 3, foram fornecidos diversos argumentos empíricos para sustentar a análise de que (pelo menos, algumas) nominalizações contêm um estágio derivacional verbal antes de sua nominalização.¹² Assim, desconsiderando projeções não cíclicas – nos termos de Embick (2010) –, a estrutura básica dos nomes deverbais seria aquela em (14). De acordo com a teoria de fases na palavra, então, quando n^o se concatenasse à estrutura (projetando um nP), o complemento de n^o , isto é, vP , v^o e a $\sqrt{\quad}$ seriam enviados para as interfaces, de modo que nem as propriedades de n^o nem a sua identidade pudessem ser relevantes para a determinação das propriedades ou da identidade da raiz – e vice-versa.



Para além da noção de ciclicidade, que versa sobre as etapas sucessivas de afixação sintática, é digno de nota que a própria caracterização do contraste entre verbos e nomes se constrói em propriedades sensíveis à categoria, sobretudo do ponto de vista da interação entre morfologia e fonologia. Mais especificamente, certas propriedades fonológicas – como abaixamento vocálico, atribuição de acento e harmonia vocálica – são sensíveis à categoria “final” do vocábulo, mas não ao seu percurso derivacional. Porém, antes de mostrar como se dá essa interação em § 4.1, convém tecer alguns comentários sobre os casos em que o nominalizador é zero no que tange à vogal temática verbal.

4.1 Problemas fonológicos

Como exemplificado em (13), as nominalizações exibem sistematicamente a vogal temática verbal antes do sufixo, exceto nos casos em que o nominalizador é zero, como em *fala*, *análise*, *grito* etc. Nesse caso, o que se observa na estrutura de superfície é apenas

¹² Como apontado por um dos pareceristas anônimos, há no PB algumas nominalizações que se comportam sintático-semanticamente como nominalizações de evento, mas morfologicamente como nominalizações de raiz como, por exemplo, *seleção* (\rightarrow *selecionar*) em *a seleção dos candidatos em duas horas deixou a banca contente*. Contudo, esse caso (dadas a leitura de evento e a seleção de argumentos) poderia ser analisado como uma nominalização de vP , em que raiz $\sqrt{\text{SELET}}$ seria verbalizada antes da anexação de *-ção*, como no caso do adjetivo *seleto* ou do nome *seleta* (em *seleta de legumes*).

a raiz e a vogal temática nominal. Assim, diante da argumentação de que esses casos são instâncias de nominalizações de evento e que, portanto, contêm v^0 (que pode ter realização zero), a questão remanescente é a de por que a vogal temática não aparece nesse tipo de nome, dado que as vogais temáticas verbais, a rigor, têm realização fonológica, a saber, *a*, *e* e *i*. A resposta que a presente análise oferece para essa questão é a de que a ausência da vogal temática verbal nas nominalizações zero é, na verdade, fruto de um truncamento fonológico, seguindo a proposta de Basílio (1980, p. 77), inscrita em outro modelo da LG. Para tanto, considerem-se os exemplos em (15), de Rocha (1999, p. 31–32).

(15) (a) patrulhamento	(b) patrulha
agitação	agito
encaixamento	encaixe
iniciativa	início
melhoramento	melhora
improvisação	improviso
visitação	visita
reclamação	reclame

O que os dados em (15) mostram é que não há nenhuma restrição por parte da raiz para aparecer com uma dada leitura (a de evento, por exemplo) ou para admitir um sufixo. Para além de algumas nuances semânticas, os dados de ambas as colunas são presumivelmente derivados da mesma estrutura – como a em (14) –, e a diferença jaz apenas na estrutura de superfície. Por hipótese, quando da INSERÇÃO DE VOCABULÁRIO (IV), a realização dos morfemas na linearização (Embick, 2010) seria aquela em (16). Assim, dada adjacência de duas vogais átonas, a gramática fonológica do PB, em PF, vai aplicar uma *Regra de truncamento* e gerar a forma de superfície observada.

(16) INSERÇÃO DE VOCABULÁRIO

$[\sqrt{\text{BEIJ}} / \text{bej}\mathfrak{Z}] \widehat{[v^0, \emptyset]} \widehat{[\tau, a]} \widehat{[n^0, \emptyset]} \widehat{[\mathfrak{Z}, o]}$	IV
$[\text{bej}\mathfrak{Z} \widehat{a} \widehat{o}]$	Linearização
$V \rightarrow \emptyset / [[X V_{[-\text{ACENTUADO}]] V Y]$	Truncamento
$/\text{'bej.}\mathfrak{Z}o/$	Forma fonológica

A regra de truncamento fonológico determina que se a uma vogal átona se adjunge uma outra vogal qualquer (tônica ou átona), ela é apagada (isto é, $\rightarrow \emptyset$). Isso dá conta de gerar as formas corretas de nominalização zero, mantendo a estrutura responsável pelas suas leituras e pelo seu comportamento (de)verbais. Contudo, essa análise só é exequível se, como sugerido em (16), ambos estágios vP e nP forem computados no mesmo ciclo em PF. Nesse cenário, então, a pergunta que emerge é quais seriam as consequências se vP e nP forem computados em ciclos diferentes – o que eliminaria a adjacência fonológica entre a vogal temática verbal e a vogal temática nominal.

Com um questionamento semelhante, ainda que fora da MD e das nominalizações, Vigário (1999), investigando a natureza dos pronomes clíticos no PORTUGUÊS EUROPEU (PE), discute uma extensa lista de processos fonológicos e morfofonológicos com o intuito de mostrar que processos que se aplicam em um dado ciclo de computação fonológica não permanecem ativos em outros ciclos; ou seja, o *output* do primeiro ciclo não está mais sujeito a regras que se aplicam em ciclos posteriores. Muito embora a autora analise os fenômenos de uma perspectiva diferente da deste artigo, suas observações podem ser replicadas na presente análise.

Para citar um exemplo, Vigário aborda o fenômeno do truncamento fonológico na derivação das formas verbais do PE, na mesma linha da discussão sobre o PB desta subseção, e mostra que a adjacência de duas vogais (a vogal temática verbal e algum morfema flexional vocálico) desencadeia a síncope da primeira delas, como ilustrado em (17). Diferentemente, se a adjunção for a de um pronome clítico (vocálico), o truncamento não ocorre, como pode ser visto em (18).

(17)(a) (eu) como (<come + o>)

(b) (eu) falo (<fala + o>)

(18)(a) come-o (*como)

(b) fala-o (*falo)

Na análise da autora, os dados em (18) não se submetem à aplicação da regra de truncamento, pois os pronomes clíticos são computados em um ciclo diferente daquele que deriva a base verbal. Por hipótese, esse é o mesmo cenário das nominalizações zero: quando n^0 se concatena à estrutura e envia a camada $[v^0 \check{v}]$ para *spell-out*, a fonologia já deve ter sido negociada.

Então, as regras que alteram a forma devem ser aplicadas de modo que, quando o ciclo de n^o for enviado para as interfaces, a vogal temática verbal (que deveria ter sido apagada) esteja inativa e, assim, se a fonologia já tivesse sido negociada, de fato, no domínio do primeiro categorizador, seria esperado que as nominalizações zero tivessem a forma de, por exemplo, **fala* (não *fala*), **cortae* (não *corte*), **gritao* (não *grito*), exatamente da mesma maneira que os clíticos em (17). Portanto, se vP e nP não forem computados no mesmo ciclo, esse comportamento não pode ser explicado.

É justo reconhecer que, tomado isoladamente, embora faça previsões corretas e derive consequências empíricas interessantes, esse argumento é dependente de uma certa implementação teórica e não dos dados por si. Portanto, é preciso considerar outros fenômenos empíricos para sustentar a análise de que vP e nP são computados no mesmo ciclo de *spell-out*; esses argumentos podem ser encontrados nos fenômenos de harmonia vocálica, abaixamento vocálico e atribuição de acento primário.

O fenômeno da harmonia vocálica diz respeito à harmonização dos traços de altura da vogal da raiz com os da vogal temática verbal nos *verbos* (anteriormente à aplicação da regra de truncamento, que vai apagar a vogal temática verbal). A caracterização da harmonia vocálica no PB já é assunto de muita literatura em Fonologia, e alguns dos fenômenos relacionados a esse fenômeno não são abordados neste artigo – cf. Harris (1974), Quicoli (1990), Wetzels (1992), Schwindt & Quadros (2009), Schwindt & Wetzels (2016) e referências citadas nesses trabalhos. Para tanto, considerem-se os dados em (19), que mostram a derivação (parcial) das formas verbais (*eu tusso* e *eu sirvo*).

- (19)(a) $\sqrt{\text{TOSS}} \widehat{v^o} \widehat{\tau} \widehat{T}$
 /tos \emptyset i o/
 /tus i o/ harmonia vocálica (*eu *tosso*)
 /tus o/ truncamento
- (b) $\sqrt{\text{SERV}} \widehat{v^o} \widehat{\tau} \widehat{T}$
 /seRv \emptyset i o/
 /siRv i o/ harmonia vocálica (*eu *servo*)
 /siRv o/ truncamento

A derivação fonológica em (19) deriva (a parte relevante d) o fenômeno da harmonia vocálica com dois verbos da 3^a conjugação. Nesse cenário, depois da inserção de Vocabulário, a vogal da raiz vai se harmonizar com a vogal temática verbal (nesses casos, -

i-) em relação aos traços de altura. Depois da harmonização, a vogal temática será apagada pela regra de truncamento fonológico em (16), que é desencadeada pela adjacência com -o (morfema que codifica tempo/modo/aspecto e número/pessoa, genericamente representado por “T”). Isso resulta nas formas (*eu*) *tusso/sirvo*, mas não (*eu*) **tosso*/**servo*.

Há vários outros fenômenos fonológicos responsáveis pela derivação das formas verbais corretas que não são discutidos neste trabalho. A questão de interesse é a de que há um fenômeno que é desencadeado pela vogal temática verbal (que é posteriormente apagada) e que tem sido associada ao “domínio verbal”, mas nos termos discutidos neste trabalho, “domínio verbal” não diz respeito a um verbo especificamente, mas sim a uma projeção vP. Assim, a restrição categorial que pesa sobre esse tipo de harmonia vocálica no PB tem a ver com o fato de que a harmonização não se aplica a nomes, ainda que eles sejam deverbais; ou seja, contenham v^o.

As raízes √TOSS e √SERV, por exemplo, além de verbos, formam também nominalizações de evento como *tosse* (que denota um evento de tossir) e de participante, *servo* (que se refere ao participante de um evento de servir: “servo é aquele que serve”). Portanto, como argumentado em § 3, ambas as nominalizações contêm vP. Isso quer dizer que nomes como *tosse* e *servo*, a princípio, satisfariam as condições para a derivação fonológica em (19), o que pode ser visto em (20), com a única diferença de que a vogal átona que vai causar o truncamento da vogal temática verbal não é um morfema T(/Agr), mas sim, a vogal temática nominal.

- (20)(a) √TOSS $\widehat{v^o}$ $\widehat{\tau}$ $\widehat{n^o}$ $\widehat{\mathfrak{S}}$
 /tos Ø i Ø e/
 /tos i e/ *harmonia vocálica (a **tusse*)
 /tos e/ truncamento
- (b) √SERV $\widehat{v^o}$ $\widehat{\tau}$ $\widehat{n^o}$ $\widehat{\mathfrak{S}}$
 /seRv Ø i Ø o/
 /seRv i o/ *harmonia vocálica (o **servo*)
 /seRv o/ truncamento

O que a derivação da forma fonológica dos nomes em (20) mostra é que, mesmo se tratando de formações deverbais, a regra da harmonia vocálica não se aplica; isto é, ter o estágio verbal é condição necessária, mas não suficiente para a aplicação da regra. Do contrário, se vP fosse computado *apenas* com a raiz (e algum morfema flexional) no seu

ciclo de *spell-out*, esse comportamento não seria esperado. Entretanto, a conclusão de que esse tipo de harmonia vocálica requer mais informações morfológicas, além da categoria verbal, não é sinônimo de dizer que não pode haver harmonia vocálica no domínio das nominalizações. Alguns dados mostram que o PB tem nominalizações em que a harmonização ocorre, como ilustram os casos em (21) contendo nominalizações agentivas em *-ão* – cf. Medeiros (2015).

- (21)(a) $\sqrt{\text{PED}} \widehat{v^o} \tau \widehat{n^o} \mathfrak{S}$
 /ped Ø i ão Ø/
 /pid i ão / harmonia vocálica (*pedão)
 /pid ão / truncamento
- (b) $\sqrt{\text{REFLIT}} \widehat{v^o} \tau \widehat{n^o} \mathfrak{S}$
 /Reflet Ø i ão Ø/
 /Reflit i ão / harmonia vocálica (*refletão)
 /Reflit ão / truncamento

Na derivação fonológica dos dados em (21)¹³, diferentemente do que ocorre nas nominalizações em (20), as raízes que formam verbos da 3ª conjugação (vogal *-i-*) harmonizam os traços de altura antes do truncamento em *pedir ~ pidão* e *refletir ~ refletão* etc. Assim, o que os dados revelam é que a harmonia vocálica não parece ser um fenômeno exclusivo aos verbos, já que pode ser observado em algumas nominalizações. Nos exemplos em (21), a regra de truncamento seria acionada pela adjacência da vogal temática verbal com a vogal /ã/ do sufixo *-ão*.

Isso leva à conclusão de que a gramática deve dispor de algum mecanismo que aplique essa regra em verbos e algumas nominalizações de participante, mas barre sua aplicação nos demais ambientes (como em nominalizações eventivas). Em termos de ciclicidade, isso quer dizer que, muito embora a harmonia vocálica nos verbos não apresente um problema para a ideia de ciclos (já que, nos verbos, ela poderia ser desencadeada por T), sua ocorrência não uniforme nas nominalizações mostra que a gramática não pode negociar a fonologia da raiz no domínio do primeiro categorizador (isto é, vP), pois a regra de truncamento pode ser desencadeada por (segundo a presente análise) um certo tipo de nominalizador. Logo, a conclusão é a de que a variação na forma da raiz, resultante

¹³ Outros exemplos desse tipo seriam *repiteão*, *mintão*, *tussão* (encontrados no Twitter) e *sigão*.

da harmonização, é dependente do segundo categorizador (como quer que se analise a diferença entre, de um lado, *servo* e, de outro, *pidão*).

Pondo de lado esses casos, dando sequência aos fenômenos fonológicos na relação entre verbos e nomes, outro fenômeno (relacionado à harmonia vocálica) é o do abaixamento vocálico. Conforme Harris (1974), a raiz de certas formas verbais sempre exhibe, na superfície, uma vogal baixa, o que sugere haver na gramática fonológica uma regra de abaixamento que alveja essas vogais; especificamente, para Harris, quando a regra de harmonia vocálica não pode ser aplicada, aplica-se uma regra de abaixamento sobre vogais não altas acentuadas, e a vogal alvejada é a última vogal da raiz do verbo. Isso pode ser visto no contraste entre *l[e]var*: *l[ε]vo* versus *l[e]vamos*, e *consolar*: *cons[ɔ]lo* versus *cons[o]lamos*.

Na mesma perspectiva, Quicoli (1990) entende que o abaixamento vocálico é um fenômeno morfofonológico, já que é condicionado pela estrutura morfológica, já que se trata de uma regra que não se aplica a nomes – como pode ser visto em *a l[e]va*, mas não *a *l[e]va* bem como em *o cons[o]lo*, mas não *o *cons[ɔ]lo*. Transportando esse fenômeno para a discussão sobre ciclicidade se, assim como na harmonia vocálica, o abaixamento tiver que ser determinado “localmente” (isto é, no contexto de uma raiz verbal), então, a previsão seria a de que a regra de abaixamento deveria ser computada anteriormente à segunda categorização e, logo, esse fenômeno seria observado nas nominalizações. No caso dos dados sob análise, essa previsão é corroborada pelas nominalizações deverbais, tais como *t[ɔ]sse* e *s[ε]rvo*, como ilustrado em (22).

- (22)(a) $\sqrt{\text{TOSS}}$ (abaixamento em formas rizotônicas: [o] → [ɔ])
- | | | | |
|------------|------------------------------|---------------|---|
| (eu) tusso | ($\sqrt{\text{harmonia}}$) | (ele) t[ɔ]sse | (*harmonia/ $\sqrt{\text{abaixamento}}$) |
| (a) *tusse | (*harmonia) | (a) t[ɔ]sse | (*harmonia/ $\sqrt{\text{abaixamento}}$) |
- (b) $\sqrt{\text{SERV}}$ (abaixamento em formas rizotônicas: [e] → [ε])
- | | | | |
|------------|------------------------------|---------------|---|
| (eu) sirvo | ($\sqrt{\text{harmonia}}$) | (ele) s[ε]rve | (*harmonia/ $\sqrt{\text{abaixamento}}$) |
| (o) *sirvo | (*harmonia) | (o) s[ε]rvo | (*harmonia/ $\sqrt{\text{abaixamento}}$) |

Apesar de o abaixamento vocálico se comportar como previsto nesses casos (isto é, a regra foi aplicada independentemente de a estrutura verbal ser posteriormente nominalizada, contexto no qual o abaixamento seria bloqueado); em outros nomes (por hipótese, deverbais), a vogal da raiz não sofre o abaixamento vocálico, como é o caso de *eu s[ɔ]co*

versus *o s[o]co* (“evento de socar”), mas não **s[ɔ]co*. Se for admitido que há um v^0 intermediário, o abaixamento não poderia ter sido “negociado” em vP, já que quando da computação de nP, o nome *soco* vai exibir (novamente) uma vogal não baixa.¹⁴

Adicionalmente, um outro fenômeno relacionado mostra que o abaixamento, de fato, não pode ser determinado com base apenas nas informações disponíveis no *spell-out* de vP, a saber, a formação de verbos denominais. Como apresentado em § 2, verbos denominais contêm em sua estrutura uma projeção nP, que restringe o tipo de complemento e/ou adjunto instrumental com que o vocábulo pode se combinar. Para retomar a ideia geral, verbos formados através da verbalização da raiz permitem instrumentos derivados de outra raiz, como em (23), mas verbos formados por meio da verbalização de nP não admitem instrumentos que não sejam cognatos, como em (24).

(23)(a) O marceneiro martelou o prego com a sola do sapato / com o martelo.

(b) O atendente gelou a cerveja com panos molhados / com gelo.

(24)(a) A menina escovou o cabelo com a escova / *com o pente.

(b) Pedro etiquetou os frascos com etiquetas pretas / *com rótulos coloridos.

A agramaticalidade dos exemplos em (24) pode ser explicada pela análise de que os verbos *escovar* e *etiquetar* são derivados de nP, estrutura em que *escova* e *etiqueta* já foram formados, diferentemente de *martelar* e *gelar* em (23), que são verbalizações de raiz. Conforme a previsão da teoria de fases, quando v^0 se concatena à estrutura, a porção $[n^0 + \sqrt{\quad}]$ é enviada para *spell-out*, e o significado já é negociado. Assim, seria esperado que a regra de abaixamento não se aplicasse a verbos denominais; porém, essa previsão não é corroborada, como mostram os dados em (25b) e (26b).

(25)(a) A esc[o]va ficou em cima da pia. (*abaixamento)

(b) Ana esc[ɔ]va o cabelo sempre antes de dormir. (✓abaixamento)

(26)(a) A etiqu[e]ta azul é para os frascos vermelhos. (*abaixamento)

(b) Pedro sempre etiqu[e]ta os frascos de forma errada. (✓abaixamento)

¹⁴ Como lembrado por um dos pareceristas anônimos, algumas propostas em Fonologia aventam a possibilidade de a vogal da base ser subespecificada. A discussão dessa possibilidade dentro da Teoria de Fases, à luz da presente análise, aguarda investigações futuras.

Mesmo se for assumido (como faz Harris) que a forma nominal (isto, a forma da raiz que aparece em verbos e adjetivos) é a forma subjacente, as nominalizações em (25b) e (26b) mostram que a vogal que aparece nos verbos sofreu abaixamento. Portanto, o ponto relevante nesses casos é o de que se a forma da raiz foi negociada no ciclo nP, isto é, quando da concatenação da raiz com n^o, que formaria os nomes com a vogal fechada, não há razão para os verbos formados acima de nP ainda sofrerem a regra de abaixamento.

Ainda no âmbito fonológico, um último fenômeno que parece ser sensível à oposição verbo/nome e que, portanto, é relevante para a discussão de categorias é o da marcação de acento primário. Já é consenso na literatura sobre o PB que a marcação de acento em verbos obedece a padrões diferentes daqueles vistos nos nomes – cf. Bisol (2013). Em termos de ciclicidade, isso quer dizer que, por hipótese, toda marcação de acento *lexical*, isto é, idiossincrática – os padrões marcados – deve ser computada no primeiro ciclo. Acima da primeira categorização, a atribuição de acento é regular.

A respeito desse tipo de fenômeno. Arad (2003) apresenta uma análise bastante detalhada do inglês (e do hebraico) em relação à associação da marcação de acento idiossincrático ao domínio do primeiro ciclo e da marcação de acento regular ao domínio de outros ciclos acima dele. Como observa a autora, quando pares de itens formados por sufixação zero compartilham o mesmo padrão acentual, há uma tendência de que verbo e nome tenham uma relação semântica estreita. Quando a atribuição de acento é diferente nos verbos e nos nomes, a relação entre nome e verbo é bastante sutil. Exemplos do inglês em (27) e (28), de Arad (2003, p. 759-760).

(27)(a) [discipline]_{N/V}, [contact]_{N/V}, [document]_{N/V}, [experiment]_{N/V}.

[balance]_{N/V}, [comment]_{N/V}, [herald]_{N/V}.

(28)(a) [record]_N, [project]_N, [conduct]_N, [subject]_N, [abstract]_N, [contract]_N.

(b) [record]_V, [project]_V, [conduct]_V, [subject]_V, [abstract]_V, [contract]_V.

Nos exemplos em (27) e (28), a vogal sublinhada indica a posição do acento primário. Para Arad (2003), em (27), os verbos são derivados dos nomes e, logo, apresentam a marca de acento nominal típica do inglês. Por outro lado, em (28), nome e verbo derivam de uma raiz comum e, logo, a atribuição de acento pode estar condicionada à identidade da categoria. No que toca ao PB, alguns nomes apresentam marcação idiossincrática de acento, isto é, são proparoxítonos. Ainda assim, seus verbos cognatos derivam do mesmo algoritmo de acento que os outros verbos da língua, como mostram os dados em (29).

- (29)(a) crédito, débito, dúvida, fábrica, fórmula, número, rótulo, vômito
(b) creditar, debitar, duvidar, fabricar, formular, numerar, rotular, vomitar

Deixando de lado a discussão de se a relação semântica entre os nomes em (29a) e os verbos em (29b) é “sutil” o bastante; seguindo a proposta em § 2 – cf. também Marvin (2013) – os nomes em (29a) são nominalizações de raiz (porque denotam instrumentos, substâncias, objetos, lugares etc. relacionados a verbos), e os verbos em (29b) são verbalizações de raiz, da mesma forma que os pares em (28) do inglês. Nessa perspectiva, assim como defende Arad (2003), seria possível observar uma marcação de acento idiossincrática nesses nomes relacionados a verbos, porque essa propriedade é codificada no primeiro ciclo, isto é, nP. No entanto, há casos de nomes com marcação idiossincrática que contêm em sua estrutura um outro categorizador (no caso, v^o), anterior a n^o. Exemplos desse caso aparecem em (30).

- (30) análise, cálculo, depósito, diálogo, estímulo, matrícula, prática, término

Em (30), todos os nomes veiculam uma leitura de evento e, por essa razão, têm em sua estrutura uma camada verbal, vP; em termos de ciclicidade, isso quer dizer que, por hipótese, quando n^o entra na computação sintática, o ciclo [_{vP} v^o √] é enviado para *spell-out*. Porém, os verbos formados dessas raízes não têm marcação idiossincrática de acento e, dessa forma, o sistema não dispõe de informação nessa fase para computar um padrão marcado. Em contraste, no caso de nomes como (28a), em que o primeiro ciclo é nP, a gramática tem a informação necessária para derivar o padrão marcado; todavia, como os verbos não exibem esse comportamento, essa propriedade não é ativada em vP. Em última instância, é a presença de n^o, também nos casos em (30), que condiciona a marcação idiossincrática do acento.

4.2 Problemas adicionais

Em § 4.1, argumentou-se que certos processos (morfo)fonológicos subjacentes à relação verbo/nome no PB, como truncamento, harmonia vocálica, abaixamento vocálico e marcação idiossincrática de acento primário, só são adequadamente capturados se as projeções vP e nP forem computadas no mesmo ciclo em PF, contrariamente à previsão da teoria de fases apresentada em § 2, pois todos os fenômenos morfofonológicos são

determinados ou restringidos por n^o. Por sua vez, esta subseção aborda os fenômenos morfológicos e semânticos que desafiam a teoria pelo mesmo motivo.

Como apresentado em § 2, Embick (2010), para ilustrar o alcance preditivo da teoria de fases, discute o fenômeno da nominalização como argumento em defesa da ideia de ciclos. Para o autor, a realização fonológica de n^o nas nominalizações derivadas – nos termos de Chomsky (1970) – é dependente da raiz, isto é, a ocorrência de *-(a)tion*, *-ment*, *-al* e de outros exemplos como (2b) depende de o núcleo n^o estar no mesmo ciclo que a raiz, de modo que a sua realização possa estar condicionada a ela. O autor defende que, por essa razão, essas nominalizações são derivações de raiz e que a presença de uma camada verbal, vP, acarretaria a computação de um outro domínio, de forma que a única realização possível para n^o seria a do item default *-ing*.

Com base nos argumentos sumarizados em § 3, não há como manter a análise de que nominalizações de eventos são nominalizações de raiz, não somente por todas as propriedades sintáticas e semânticas desses nomes, mas também pelas evidências morfológicas e fonológicas, claramente sinalizadas pela realização não nula de v^o em alguns desses nomes, como mostrado em (13). Esta não é uma crítica que se baseia apenas nos dados do PB, mas também nos mesmos dados do inglês que Embick (2010) analisa como, por exemplo, em Borer (2009) (apud Harley (2014)), Alexiadou (2009), Harley (2009) – cf. também Scher & Armelin (2018) para discussão dos casos em *-eiro* do PB.

A questão, precisamente com relação às nominalizações, é que a própria proposta de Embick (2010) afirma que a forma imprevisível do nominalizador é dependente da raiz, isto é, n^o ter realização como *-ment-*, *-ção* ou \emptyset depende da raiz da estrutura. Se quando n^o entrar na computação, a porção [vP v^o $\sqrt{\quad}$] for enviada para *spell-out*, a realização de n^o não pode mais ser sensível à raiz. Nesse cenário, mesmo que o PB dispusesse de um nominalizador default (como o *-ing* no inglês), é verdade que as nominalizações de evento não estão restritas a um único sufixo, como ilustrado em (3a) – cf. Resende (2019, p. 4) para um levantamento detalhado.

Com relação à nominalização zero, adicionalmente ao fato de a realização \emptyset ser dependente da raiz, há um outro problema morfológico que tem a ver com a ocorrência da vogal temática nominal. Já é consenso na literatura que a determinação do morfema temático é arbitrária e não somente para as nominalizações. Na MD, isso quer dizer que a realização de \mathfrak{I} adjungido a n^o é dependente da raiz, sobretudo se o sufixo for zero (isto é, assumindo que a exigência de uma vogal temática nominal pode depender do próprio sufixo). Essa sobressalência do nominalizador zero em relação aos demais sufixos, no

que tange à vogal temática, tem a ver com o fato de que, como mostra Resende (2019), Ø é o único nominalizador que licencia as três vogais temáticas nominais – ou seja, *fala*, *análise* e *grito*, nominalizações eventivas com n^o realizado como Ø, mas com diferentes vogais temáticas.

Especificamente, o autor defende que certos nominalizadores admitem mais de uma vogal temática nominal, como aparece ilustrado em (31). Nesse cenário, alguém poderia argumentar que a realização da vogal temática nominal depende de n^o (ou de algum traço de gênero em n^o) e não da raiz e, uma vez que os dois morfemas estão no mesmo ciclo em PF, a análise da ciclicidade (com relação esse fenômeno) poderia ser mantida.

- (31)(a) casamento / vestimenta
(b) pedido / mordida
(c) assassinato / passeata
(d) interrogatório / escapatória
(e) equilíbrio / garantia

O que esses exemplos mostram é que os sufixos *-ment-*, *-d-*, *-t-*, *-tóri-* e *-i-* podem ocorrer com mais de uma vogal temática (no caso, *-a* e/ou *-o*), e apenas o sufixo zero pode aparecer com os três morfemas temáticos (*fala*, *corte*, *grito*). Isso mostra que, ainda que alguns casos sugiram que haja restrições do nominalizador sobre a vogal temática que aparece no nome, a raiz é determinante para a forma do sufixo. Portanto, se vP e nP não forem computados no mesmo ciclo em PF, não há como explicar por que a realização de n^o depende da raiz mesmo (e principalmente) nas nominalizações de eventos, com v^o.

Um último problema morfológico tem a ver com alomorfia na raiz. Em § 1, foi exemplificado o fato de que, em algumas nominalizações, a forma da raiz depende da categoria, ou seja, a^o, n^o ou v^o – cf. *recibo*, *recebimento*, *recepção*. No entanto, essa dependência parece ter a ver com a *última* categoria da estrutura, e não com a categoria do primeiro ciclo. Isso pode ser visto nos exemplos em (32), para casos de nominalização zero eventivos.

- (32)(a) Durante a defesa da tese... / defender a tese...
(b) Depois do parto, o bebê deve... / parir o bebê...
(c) A fu[g]a constante de presidiários... / os presidiários fu[3]irem...
(d) A queda frequente dos preços... / os preços caírem...

A leitura de evento e a presença de estrutura argumental atestam a presença de vP na estrutura das nominalizações em (32) – cf. § 3 para mais testes. Logo, a alomorfa da raiz não pode ser determinada por v^o. Em termos de ciclicidade, no caso dos verbos, como [TP T [vP v^o √]] estão no mesmo ciclo em PF, é possível propor, por exemplo, que a raiz √DEFES seja realizada como /defẽd/ no contexto de T, derivando a forma verbal esperada. O mesmo raciocínio poderia ser aplicado ao adjetivo *defensivo*, condicionando a realização de √DEFES como /defẽs/ a a^o, no primeiro ciclo. Todavia, mais uma vez, o problema jaz nas nominalizações de evento.

A realização da raiz √DEFES, no contexto de n^o, é /defez/ (no caso, o nome *defesa*); no entanto, como essa nominalização contém em sua estrutura uma camada vP, o alomorfe da raiz deveria ser determinado no primeiro ciclo, isto é, em vP, o que não parece ser o caso, uma vez que a forma da raiz que aparece nos verbos [TP T [vP v^o √]] é /defẽd/. O mesmo raciocínio se aplica aos demais casos de variação na forma da raiz na oposição verbo/nome vistos em (32b-d) e também em *aplaudir/aplauso*, *rir/riso* e *sorrir/sorriso*. Em síntese, a despeito da presença de vP, a escolha do alomorfe depende de n^o.

Uma evidência adicional em favor dessa mesma conclusão vem dos adjetivos de verbais. Resende & Rech (2020), debruçando-se sobre a estrutura e a interpretação dos adjetivos em *-vel* do PB, mostram que alguns desses adjetivos têm em sua estrutura um vP, que é anterior ao adjetivizador¹⁵. Na mesma direção da argumentação em § 3, os autores defendem que a presença de v^o em (alguns) adjetivos em *-vel* pode ser atestada pelo licenciamento de adjuntos temporais, que localizam o evento no tempo, como (33), e pela ocorrência de advérbios de VP, como (34).

- (33)(a) Um raio infravermelho é detectável quando o Sol está em uma posição α .
(b) O plano é infalível enquanto o Pedro estiver no comando.
(34)(a) Um cronograma facilmente ajustável tem suas vantagens.
(b) Uma bateria durável apenas temporariamente não resolve meu problema.

Além desses argumentos sintático-semânticos, o fato de alguns adjetivos em *-vel* apresentarem realização fonológica para v^o constitui evidência adicional para a presença de vP, como visto em *um sonho realizável*, *um barco velejável* etc. Esse tipo de adjetivo

¹⁵ Os demais morfemas não cíclicos propostos pelos autores não são relevantes para a presente discussão.

deverbal é relevante para a presente discussão, pois também apresenta casos de alomorfia na raiz, como pode ser visto em (35).

(35)(a) ler, compreender, defender, ver, rir, admitir, sentir

(b) legível, compreensível, defensável, visível, risível, admissível, sensível

O que esses adjetivos mostram é que, assim como no caso das nominalizações de evento, a forma da raiz deve ser determinada pelo categorizador mais alto; isto é, a^o, e não pode ser negociada no primeiro ciclo – no caso, v^o. Do contrário, não seria possível explicar a escolha do alomorfe. Como comentado, *defensivo* pode ser uma adjetivização de raiz, mas *defensável* (ou *defensível*) é uma adjetivização de vP; ou seja, parece que a escolha do alomorfe está sendo determinada pelo último categorizador (isto é, a^o) e não pelo primeiro (no caso, v^o). O mesmo raciocínio se aplica a *risonho/risível* em oposição a *rir* e *permissivo/permissível* em contraste com *permitir*.

Para além das nominalizações zero e dos adjetivos em *-vel*, convém apresentar uma última instância de alomorfia de raiz que também põe em xeque o estatuto fásico de vP para a negociação da forma fonológica, a saber, nominalizações de evento que têm um nominalizador não nulo, o que, segundo a análise defendida em § 4.1, acarreta a presença de material fonológico entre as duas vogais temáticas, eliminando o contexto fonológico para a regra de truncamento, como pode ser visto nos exemplos em (36).

(36)(a) nadar, rodar, pedir, mudar, adquirir

(b) natação, rotação, petição, mutação, aquisição

(c) nado, rodeio, pedido, mudança

Os exemplos em (36) mostram que existe variação alomórfica na raiz também para casos de nominalizações que têm um n^o não nulo, como *-ção*. Esse tipo de exemplo corrobora a argumentação de que a raiz deve ser capaz de enxergar o nominalizador no domínio externo; do contrário, a alomorfia não seria possível. dado que é o sufixo *-ção* que desencadeia a alomorfia na raiz nos exemplos em (36b) – como pode ser observado no contraste com (36c), em que a nominalização com outro sufixo não requer o mesmo alomorfe. Logo, esse fato não pode ser explicado em uma análise em que vP e nP são computados em diferentes ciclos em PF.

Finalmente, um último problema empírico para a preservação do estatuto fásico de

vP nas estruturas deverbais vem do domínio do significado. Como apresentado em § 2, a teoria de fases determina que, quando um morfema categorizador entra na computação, os núcleos cíclicos abaixo dele são enviados para as interfaces; isto é, todo significado especial e/ou idiossincrático é negociado no primeiro ciclo, e toda derivação acima dele deve herdar as suas propriedades semânticas; em particular, a leitura de evento derivada de vP.

Em relação às nominalizações, a hipótese é a de que não poderia haver nomes derivados acima de vP – ou seja, $[_{nP} n^o [_{vP} v^o \sqrt{\quad}]]$ – que não apresentassem o significado codificado pela camada verbal, dado que o significado da estrutura já deveria ter sido negociado no primeiro ciclo. No entanto, alguns exemplos – como os que aparecem em (37), contendo nominalizações de evento, e (38), contendo nominalizações de participantes de evento terminados em *-nte* – parecem contestar essa previsão.

- | | |
|--------------------|--|
| (37)(a) acabamento | x “evento de acabar” (cf. encerramento) |
| | ✓ “arremate, retoque” |
| (b) testamento | x “evento de testar” (cf. testagem) |
| | ✓ “documento que registra os herdeiros de um patrimônio” |
| (38)(a) estudante | x “aquele que estuda” (cf. estudioso) |
| | ✓ “aquele que frequenta uma instituição de ensino” |
| (b) tratante | x “aquele que trata / faz tratos” (cf. tratador) |
| | ✓ “aquele que não cumpre um acordo” |
| (c) gritante | x “algo que grita” (cf. gritador) |
| | ✓ “algo autoevidente” |
| (d) refrigerante | x “algo que refrigera” (cf. refrigerador) |
| | ✓ “bebida doce gaseificada” |
| (e) governanta | x “mulher que governa” (cf. governadora) |
| | ✓ “mulher que administra uma casa alheia” |

Os exemplos em (37) e (38) mostram que algumas nominalizações deverbais não preservam o significado dos seus verbos correlatos, o que seria esperado de formações em *-ment-* ou *-nt-*. Mesmo se algum falante aceitasse a leitura composicional (marcada com “x”) de alguns desses (ou de outros) exemplos em algum contexto específico, o argumento poderia ser mantido, no sentido de que não é o caso de que as nominalizações

não *possam* ter um significado composicional, mas sim o de que elas podem apresentar um significado *não* composicional em relação ao verbo, ou seja, à camada vP.

A observação de que as nominalizações (mas também outras palavras complexas) podem exibir um significado não composicional em relação à base já foi atestada por outros autores para outras línguas, mais notavelmente por Borer (2003), Harley (2014) e Panagiotidis (2014). Marantz (2013) também apresenta e discute trabalhos que já haviam chamado a atenção para a não composicionalidade de certas palavras complexas em japonês, grego e inglês. Essa discussão não aparece reproduzida neste trabalho, mas em resumo, não são apenas os dados do PB, como os em (37) e (38), que desafiam a hipótese do domínio cíclico do primeiro categorizador na ramificação para LF.

Em síntese, o argumento é o de que, se a camada verbal apresenta uma leitura de evento, seria esperado que a nominalização (de evento ou de participante) derivada acima de vP contivesse (ou fizesse referência a) essa camada verbal no domínio da interpretação, o que não parece ser o caso para algumas nominalizações deverbais do PB.

5 *Conclusões e implicações*

Diante do problema empírico que as nominalizações deverbais discutidas em § 3 e § 4 colocam para a proposta de vP constituir uma fase de computação sintática, emerge uma série de questões com relação a quais seriam as implicações dessa conclusão, se ela estiver na direção correta, as quais aparecem elencadas a seguir.

A primeira delas é a de que, embora a argumentação deste artigo tenha se valido da análise de que vP antes de nP não pode constituir uma fase, o comportamento do ciclo nP em verbos denominais (discutido em § 3) sugere que a computação de *apenas o primeiro ciclo* para a derivação de “forma especial” e “significado especial” é muito restritiva e, talvez, os dados discutidos apontem para um problema maior do que o estatuto de (apenas) vP como não sendo um núcleo de fase. Por motivos de espaço e escopo, este artigo não discute o estatuto de nP e aP intermediários em palavras que envolvem mais de uma categorização, mas há boas razões para se suspeitar que esses domínios também não sejam fásicos. Porém, a análise desses casos aguarda pesquisas futuras.

A segunda implicação tem a ver com o fato de que, como adiantado, autores como Marantz (1997), Harley (2014) e Panagiotidis (2014) defendem que o domínio estrutural para a computação do significado não composicional está acima de vP; isto é, VozP. Seja como for, o fato de Voz não ser um núcleo categorizador, embora nos leve a concluir que

nem todo o significado especial é negociado até o primeiro categorizador, não nos permite chegar à *mesma conclusão* do que aquela a respeito de nP, qual seja: de que o segundo categorizador faz parte da computação dos significados especiais.

A terceira implicação tem a ver com o significado especial das expressões idiomáticas. Embora Marantz (2001) atribua ao mesmo domínio (a saber, vP) a computação dos significados especiais das raízes e das expressões idiomáticas (como *bater as botas* ou *chutar o balde*), o próprio autor revisa essa hipótese em Marantz (2013, p. 105) afirmando que “o domínio de localidade relevante para ‘fixar’ o significado parece ser a fase, ao passo que para expressões idiomáticas, o domínio é claramente maior”. Assim, embora o autor assuma que há um descompasso entre o significado especial de “palavras” versus o de “sintagmas”, ele não desenvolve as consequências da teoria para os dois domínios empíricos.

De todo modo, tal desenvolvimento aparece em Ingason (no prelo, p. 18) na hipótese da *Transferência tardia das expressões idiomáticas* (*Later Transfer of idioms*), qual seja: “se um núcleo fásico for parte de uma expressão idiomática, a Transferência para LF é adiada até a fase mais alta seguinte”. Em linhas gerais, essa hipótese se baseia na observação de que, em *bater as botas*, por exemplo, o significado especial de *botas* (um nP) não pode ser negociado apenas no domínio do primeiro categorizador, já que a sua idiomaticidade vem da combinação com D, vP etc. Assim, há evidências adicionais de que o significado especial efetivamente não pode ser determinado apenas no domínio do primeiro categorizador, ainda que o autor esteja tratando de expressões idiomáticas e não de nominalizações.

Nesse cenário, um caminho teórico possível seria estender a hipótese das Transferência Tardia para as nominalizações; contudo, conforme a discussão de § 3, essa extensão teria também que incluir a computação em PF e não apenas em LF. Por questão de espaço e escopo, nós não vamos desenvolver essa alternativa neste trabalho; ainda assim, há um fenômeno interessante que versa sobre nominalizações e expressões idiomáticas no português que merece algum comentário.

Como discutido em § 4, a realização morfofonológica do nominalizador (isto é, o sufixo) depende da raiz independentemente de a estrutura ser ou não deverbal. No entanto, um fato curioso sobre o PB é o de que, quando da nominalização de expressões idiomáticas, o sufixo só pode ser *-çã*¹⁶, como mostram os exemplos em (39)¹⁶.

¹⁶ Agradeço à Janayna Carvalho pelo diálogo sobre expressões idiomáticas, durante o qual surgiram alguns *insights* sobre esse fenômeno.

(39)(a) chutar o balde	*o chute do/no balde ✓ chutação de balde
(b) encher o saco	*o enchimento de/do saco ✓ encheção de saco
(c) puxar o saco	*o puxão de/do saco ✓ puxação de saco
(d) engolir sapo	*a engolida de/do sapo ✓ engolição de sapo
(e) matar tempo	*a matança de tempo ✓ matação de tempo
(f) encher linguiça	*o enchimento de linguiça ✓ encheção de linguiça

O que os dados em (39) mostram é que a inserção do nominalizador não parece ser mais dependente da raiz; do contrário, suas nominalizações correspondentes seriam bem formadas. Esse tipo de fenômeno corrobora a análise de Harley & Noyer (1997) e Embick (2010) sobre as nominalizações no sentido de haver um nominalizador default que emerge quando certas relações de localidade são bloqueadas. Como já mencionado, ainda não é claro se o PB tem ou não um nominalizador default, mas parece claro que a ocorrência sistemática de *-ção* com expressões idiomáticas não é aleatória. Além de ser o nominalizador que aparece nesses casos, *-ção* dispara ainda uma leitura de iteratividade (a mesma que aparece em construções composicionais, tais como *falação*, *bateção de lata*, *começão de cachorro-quente* etc.) que é, inclusive, incompatível com expressões idiomáticas que fazem referência a eventos *achievement*, como pode ser visto em (40).

(40)(a) bater as botas (= “morrer”)	*bateção de/das botas
(b) abotoar o paletó (= “morrer”)	*abotoação de paletó
(c) acertar na mosca (= “adivinhar”)	*acertação na mosca
(d) abrir o jogo (= “revelar”)	*abrição de/do jogo
(e) cair a ficha (= “compreender algo”)	*caição de/da ficha

Em síntese, o que essa breve discussão sobre nominalizações e expressões idiomáticas mostra é que há, de fato, um certo domínio de significado especial em que a raiz não

está mais em uma relação local com o nominalizador, dada a inserção sistemática do nominalizador *-ção*, mas esse domínio não parece ser o do primeiro categorizador. Além disso, esse fenômeno mostra que a hipótese da Transferência tardia de Ingason (no prelo), se estendida para as nominalizações, parece promissora quanto à acomodação desses fatos. Quanto à alomorfa e a outros casos de “forma especial”, cabe a pesquisas futuras a investigação da relação entre nominalizações e expressões idiomáticas.

REFERÊNCIAS

ALEXIADOU, Artemis. Nominalizations: a probe into the architecture of grammar - Part I: the nominalization puzzle. *Language and Linguistics Compass*, Hoboken, v. 4, n. 7, p. 496–511, 2010a.

ALEXIADOU, Artemis. Nominalizations: a probe into the architecture of grammar - Part II: the aspectual properties of nominalizations, and the Lexicon vs. Syntax debate. *Language and Linguistics Compass*, Hoboken, v. 4, n. 7, p. 512–523, 2010b.

ALEXIADOU, Artemis. On the role of syntactic locality in morphological processes: the case of (Greek) derived nominals. In: GIANNAKIDOU, Anastasia; RATHERT, Monika (ed.). *Quantification, definiteness, and nominalization*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 253–280.

ALEXIADOU, Artemis; GRIMSHAW, Jane. Verbs, nouns, and affixation. In: SCHÄFER, Florian (ed.). *Working Papers of the SFB 732 Incremental Specification in Context*. Stuttgart: Universität Stuttgart, 2008. p. 1–16.

ALEXIADOU, Artemis; SCHÄFER, Florian. On the syntax of episodic vs. dispositional “-er” nominals. In: ALEXIADOU, Artemis; RATHERT, Monika (ed.). *The syntax of nominalizations across languages and frameworks*. Mouton: De Gruyter, 2010. p. 9–38.

ARAD, Maya. Locality constraints on the Interpretation of roots: the case of Hebrew denominal verbs. *Natural Language & Linguistic Theory*, Dordrecht, v. 21, p. 737–778, 2003.

ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. The non-compositional domain: diminutives and augmentatives in Brazilian Portuguese. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 395–410, 2014.

ARONOFF, Mark. *Word formation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1976.

BASÍLIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BASSANI, Indaiá de Santana. Domínios de localidade na Forma Fonológica. In: SCHER, Ana Paula; BASSANI, Indaiá de Santana; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai (org.). *Manual de Morfologia Distribuída*. Campinas: Editora da ABRALIN, 2022. p. 292-324.

BISOL, Leda. O acento: duas alternativas de análise. *Organon*, Porto Alegre, v. 28, n. 54, p. 281–321, 2013.

BORER, Hagit. Exo-Skeletal vs. Endo-Skeletal explanations: syntactic projections and the lexicon. In: MOORE, John; POLINSKY, Maria (ed.). *The nature of explanation in Linguistic Theory*. Chicago: CSLI Publications, 2003. p. 31–68.

CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael (ed.). *Ken Hale: a life in language*. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 1–52.

CHOMSKY, Noam. Minimalist inquiries: the framework. In: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA, Juan (ed.). *Step by step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 89–155.

CHOMSKY, Noam. Notas sobre nominalização. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 65, p. 437–496, 2022 [1970].

CHOMSKY, Noam. *O Programa Minimalista*. Lisboa: Caminho, 1999 [1995].

EMBICK, David. *Localism versus Globalism in Morphology and Phonology*. Cambridge: MIT Press, 2010.

EMBICK, David; MARANTZ, Alec. Architecture and blocking. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 39, n. 1, p. 1–53, 2008.

FREITAS, Maria Luisa. Two nominalizing suffixes in Brazilian Portuguese: locality constraints on morphophonological realization. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 56, n. 1, p. 87–113, 2014.

HALLE, Morris. Prolegomena to a theory of word formation. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 4, n. 1, p. 3–16, 1973.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. *A Morfologia Distribuída e as peças da flexão*. Curitiba: UFPR, 2020 [1993].

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Algumas características centrais da Morfologia Distribuída. *Revista do GELNE*, Natal, v. 22, p. 418–429, 2020 [1994].

HARDARSON, Gísli Rúnar. On the domains of allomorphy, allosemy and morphophonology in compounds. *Natural Language & Linguistic Theory*, Dordrecht, v. 39, n. 4, p. 1173–1193, 2020.

HARLEY, Heidi. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics*, Berlin, v. 40, n. 3–4, p. 225–276, 2014.

HARLEY, Heidi. The morphology of nominalizations and the syntax of vP. In: GIANNAKIDOU, Anastasia; RATHERT, Monika (ed.). *Quantification, definiteness, & nominalization*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 321–343.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. Mixed nominalizations, short verb movement and object shift in English. In: TAMANJI, Pius N; KUSUMOTO, Kyomi (ed.). *Proceedings*. Amherst: North East Linguistics Society, 1997. v. 28, p. 143–157.

HARRIS, James. Evidence from Portuguese for the “Elsewhere Condition” in Phonology. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 5, n. 1, p. 61–80, 1974.

INGASON, Anton Karl. Phases/cyclicity. In: ALEXIADOU, Artemis *et al.* (ed.). *The Cambridge handbook of Distributed Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, (no prelo).

IORDĂCHIOAIA, Gianina. Categorization and nominalization in zero nominals. In: ALEXIADOU, Artemis; BORER, Hagit (ed.). *Nominalization: 50 years on from Chomsky’s remarks*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

JOHNSON, Kyle. What VP ellipsis can do, and what it can’t, but not why. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (ed.). *The handbook of Contemporary Syntax Theory*. Malden: Blackwell, 2001. p. 439–479.

KIPARSKY, Paul. Lexical Morphology and Phonology. In: THE LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (ed.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982. p. 3–91.

MARANTZ, Alec. Locality domains for contextual allomorphy across the Interfaces. In: MATUSHANSKY, Ora; MARANTZ, Alec (ed.). *Distributed Morphology today: morphemes to Morris Halle*. Cambridge; London: MIT Press, 2013. p. 95–115.

MARANTZ, Alec. Sem escapatória da sintaxe: não tente fazer análise morfológica na privacidade do seu próprio léxico. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, Porto Alegre, v. 13, n. 24, p. 8–33, 2015 [1997].

MARANTZ, Alec. *Words*. Nova Iorque, 2001. manuscrito.

MARANTZ, Alec. *Phases and words*. Nova Iorque, 2007. manuscrito.

MARVIN, Tatjana. Is word structure relevant for stress assignment?. In: MATUSHANSKY, Ora; MARANTZ, Alec (ed.). *Distributed Morphology today: morphemes to Morris Halle*. Cambridge; London: MIT Press, 2013.

MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Aspecto e estrutura de evento nas nominalizações do português do Brasil: revendo o caso das nominalizações em –ada. *Revista Letras*, Curitiba, v. 81, 2010.

MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Sobre aumentativos em verbos. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, Porto Alegre, v. 13, n. 24, p. 191–221, 2015.

MOHANAN, Karuvannur. *Lexical Phonology*. PhD Dissertation. MIT, 1982

MOULTON, Keir. Simple event nominalizations: roots and their interpretation. In: PAUL, Ileana (ed.). *Cross-linguistic investigations of nominalization patterns*. Amsterdam: John Benjamins, 2014. v. 210, p. 119–144.

OLIVEIRA, Déborah Christina de Mendonça. Nominalizações de evento/processo e nominalizações de resultado: diferenças estruturais. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 491–502, 2006.

- OLIVEIRA, Solange Mendes. Os sufixos nominalizadores -ção e -mento. *Estudos Linguísticos*, Araraquara, v. 36, n. 1, p. 87–96, 2007.
- PANAGIOTIDIS, Phoebos. Indices, domains and homophonous forms. *Theoretical Linguistics*, Berlin, v. 40, n. 3–4, p. 415–427, 2014.
- QUICOLI, A.Carlos. Harmony, lowering and nasalization in Brazilian Portuguese. *Lingua*, North Holland, v. 80, n. 4, p. 295–331, 1990.
- RESENDE, Maurício. A nominalização zero do português: revisitando a derivação regressiva à luz da Morfologia Distribuída. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 61, p. 104–127, 2018.
- RESENDE, Maurício. Notas sobre competição e bloqueio de afixos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 61, p. 1–21, 2019.
- RESENDE, Maurício; RECH, Núbia. Uma análise dos adjetivos em “-vel” à luz da Morfologia Distribuída. *Alfa*, São José do Rio Preto, v. 64, p. 1–21, 2020.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. A nominalização no português do Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 5–52, 1999.
- SCHER, Ana Paula. Nominalizações em -ada em construções com o verbo leve “dar” em português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 29–48, 2006.
- SCHER, Ana Paula; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. As formações agentivas com o sufixo “-eir-” no português brasileiro: uma abordagem sintática. In: MEDEIROS, Alessandro Boechat de; NEVINS, Andrew Ira (org.). *O apelo das árvores: estudos em homenagem a Miriam Lemle*. Campinas: Pontes, 2018. p. 299–346.
- SCHWINDT, Luiz Carlos; QUADROS, Emanuel. A harmonia vocálica verbal no léxico dicionarizado do PB. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 58–70, 2009.
- SCHWINDT, Luiz Carlos; WETZELS, Leo. The morphology and phonology of inflection. In: COSTA, João; MENUZZI, Sérgio de Moura; WETZELS, Leo (ed.). *Handbook of Portuguese Linguistics*. Malden: Wiley-Blackwell, 2016. p. 188–209.
- SOUZA, Dalila Maria de; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. A interface morfologia-sintaxe: uma proposta de estrutura para as nominalizações infinitivas no português brasileiro. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 139–164, 2022.
- VIGÁRIO, Marina. Pronominal cliticization in European Portuguese: a postlexical operation. *Catalan Working Paper in Linguistics*, Barcelona, v. 7, p. 219–237, 1999.
- WETZELS, Leo. Mid vowel neutralization in Brazilian Portuguese. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 23, p. 19–55, 1992.

Artigo submetido em: 23 jul. 2024

Aceito para publicação em: 11 nov. 2024

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.141414>